TERMO DE COMPROMISSO PARA REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS DE CARCINICULTURA E SALINAS LOCALIZADOS EM ÁREAS DE APICUM E SALGADO ANTES DE 22 DE JULHO DE 2008

O(A) Sr. (a)

_____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº _____, residente e domiciliado à _____, na localidade de _____ CEP _____, Município _____, _____, proprietário ou possuidor(a) do imóvel situado em _____, com inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) nº _____ resolve celebrar com força de título executivo extrajudicial, o presente Termo de Compromisso para preservação de extensões do ecossistema manguezal adjacentes a áreas de apicum e salgado onde se desenvolvam atividades ou empreendimentos de carcinicultura ou salinas, cuja implantação tenha ocorrido antes de 22 de julho de 2008, nos termos do Art. 11, §6º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

CONSIDERANDO:

- que nos termos da Lei Estadual nº 11.411/87 (artigo 9º, V) compete à SEMACE executar a Política Estadual de Controle Ambiental do Ceará e promover o levantamento e permanente monitoramento dos recursos naturais;
- que nos termos da Resolução COEMA Nº 02/2019, observadas a natureza, as características e as peculiaridades do empreendimento, cabe à SEMACE compatibilizar o processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação, operação;
- que a Constituição Federal de 1988 incumbe ao Poder Público, conforme seu artigo 225, § 1º, III, a definição, em todas as unidades da Federação, de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- que a compromitente ocupa área de apicum e salgado, sendo assegurada, pela Lei nº. 12.651/2012, a regularização das atividades e empreendimentos de carcinicultura e salinas nesses espaços cuja ocupação e implantação tenham ocorrido antes de 22 de julho de 2008, desde que o empreendedor, pessoa física ou jurídica, se obrigue, por termo de compromisso, a proteger a integridade dos manguezais arbustivos adjacentes, os quais se situam a oeste do empreendimento segundo mapas georreferenciados (Art. 11-A, § 6º);
- que o empreendimento está situado próximo ao ecossistema manguezal, o qual é considerado como Área de Preservação Permanente pelo Novo Código Florestal (Lei nº. 12.651, de 25 de maio de 2012, artigo 4º, inciso VII), sendo protegido em toda a sua extensão, estando vedada a prática da aquicultura nesses ecossistemas;
- o interesse mútuo da empresa xxxxxxxxxxxxxxxx e da SEMACE em compatibilizar seus projetos, ações e respectivos mecanismos de controle com o desenvolvimento econômico, ambiental e social, no âmbito do Estado do Ceará;
- o interesse de obter a licença ambiental para que possa dar continuidade à exploração da aquicultura;

RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Compromisso tem como objeto a obrigação assumido(a) pelo(a) Possuidor(a), doravante compromissário, perante a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – Semace, doravante compromitente, para regularização de atividades e empreendimentos de carcinicultura e salinas cuja ocupação e implantação tenham ocorrido antes de 22 de julho de 2008, e consiste em proteger a integridade dos manguezais adjacentes ao seu empreendimento, compreendendo as áreas de apicums e salgados, sem ocupar ou causar qualquer dano a esse ecossistema, bem como resguardar as demais Áreas de Preservação Permanente existentes ao seu redor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

O COMPROMISSÁRIO assume a responsabilidade de:

- 2.1. Proteger a integridade dos manguezais adjacentes, não ocupando esse ecossistema, nem explorando sua atividade de modo a causar quaisquer danos a essa área.
- 2.2 Não ampliar o seu empreendimento sem autorização do órgão ambiental competente e, em hipótese nenhuma, sobre Área de Preservação Permanente, principalmente, sobre área de manguezal arbustivo adjacente à área do seu empreendimento tendo em vista que o Novo Código Florestal somente permite a regularização das áreas consolidadas, isto é, cuja ocupação e implantação tenha se dado antes de 22 de julho de 2008;
- 2.3 Que a floresta ou forma de vegetação existente dentro das referidas áreas de manguezal fiquem gravadas como de utilização limitada, não podendo nela ser feito qualquer tipo de supressão, bem como qualquer exploração, conforme §7º do art. 11 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;
- 2.4 Comunicar à SEMACE, no prazo de 05 (cinco) dias da ciência do fato, qualquer ocupação da Área de Preservação Permanente de seu imóvel por parte de terceiros;
- 2.5 Informar à SEMACE, no prazo 20 (vinte) dias, sobre todo e qualquer novo evento que venha a ocorrer em decorrência de suas atividades ajustadas no presente termo que possa causar situação de poluição ou degradação ambiental, bem como que possa retardar o cumprimento dos prazos e das obrigações

estabelecida no presente acordo.

2.6 Assegurar que o presente gravame não sofra alteração ou comprometimento de sua destinação, devendo ser observado por si, seus herdeiros ou sucessores a qualquer título;

2.7 Em sendo realizado negócio jurídico oneroso ou gratuito entre o proprietário ou possuidor e terceiro(s), aquele deverá dar ciência a outra parte, fazendo constar no contrato particular ou escritura pública as obrigações ora assumidas e a eventuais multa por descumprimento deste Termo, sob pena de o compromissário permanecer responsável solidário com o novo possuidor ou detentor nas obrigações relativas à conservação da reserva legal.

2.8 Arcar com as despesas das medidas impostas nas cláusulas anteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Todas as obrigações estabelecidas neste TC devem ser estabelecidas como condicionantes na expedição da Licença Ambiental e das futuras Licenças, sem prejuízo de outras condicionantes apresentadas pela SEMACE e da avaliação de outras que venham ser determinadas.

3.2. O descumprimento de qualquer das obrigações assumidas implicará a sujeição do Compromissário às medidas judiciais cabíveis, incluindo execução específica na forma estatuída no art. 784, inciso XII e art. 814, do CPC.

3.3. Na esfera administrativa, a inobservância das condicionantes ora estipuladas resultará na imediata suspensão da licença ambiental emitida, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei (ex.: embargo da obra e multa diária), tudo nos termos do art. 19, inciso I, da Resolução CONAMA Nº 237/97, art. 7 da Lei n. 9605/98 e art. 3º do Decreto 6.514/2008.

3.4. O descumprimento ou violação de qualquer dos compromissos assumidos nas cláusulas 2.1, 2.2 e 2.3 implicará no cancelamento da licença, bem como, a título de cláusula penal, no pagamento de multa diária correspondente a R\$ 1.000,00 (hum mil reais), corrigidos pelo IGPM, a partir desta data, exigíveis a partir da prática do ato, sem prejuízos da aplicação de responsabilidades em outras esferas. O descumprimento das cláusulas 2.5, 2.6 e 2.7 implicará no pagamento de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais).

3.5 A multa diária deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental documentos que comprovem a regularização da situação. Caso se verifique que a situação não foi regularizada, a multa diária voltará a ser imposta desde a data em que deixou de ser aplicada, sendo notificado o empreendedor para ciência.

3.6 Em regra, todas as multas terão o limite de 30% (trinta por cento) sobre o faturamento anual do empreendimento, podendo ser aumentada em até 50% (cinquenta por cento) se houver dano. Não sendo possível comprovar o faturamento anual do empreendimento, as multas terão como limite máximo o valor de 500.000,00 (quinhentos mil reais).

3.7 Ressalte-se que a multa acima estipulada não tem natureza compensatória, de modo que não há óbice à execução específica da obrigação assumida e descumprida quanto às medidas impostas ou à compensação ecológica (substituição por outro bem ambiental ou indenização pecuniária), bem como quanto ao estabelecimento de medidas preventivas, tampouco afasta as responsabilidades administrativa e criminal porventura cabíveis.

3.8 Os valores das multas deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação, devendo os valores serem depositados em contas indicadas pela compromissária. Ressalte-se que as quantias oriundas das multas e indenizações deverão ser destinadas à reconstituição dos bens lesados.

3.9 A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Compromisso, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

4.0 Não constituirá inadimplemento total ou parcial o descumprimento de prazos ou obrigações previstas no presente termo quando estes decorram de caso fortuito, força maior, justificado motivo técnico ou ato de terceiro alheio à vontade e responsabilidade da compromissária. A ocorrência de qualquer desses eventos deverá ser comunicada à outra parte no prazo de até 15 (quinze) dias, reputando-se aceita a justificativa caso não ocorra, dentro de igual período, a discordância formal e justificada por parte da SEMACE.

4.1 Este Termo de Compromisso não gera interferência no processo de licenciamento ambiental das demais atividades desenvolvidas ou que venham a ser programadas pela Compromissária no Estado do Ceará.

4.2 Para dirimir quaisquer questões oriundas da execução do presente Termo de Compromisso, fica eleito o foro da Comarca de Fortaleza-CE, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

O presente Termo tem validade a partir da data de sua assinatura imediatamente após a emissão do documento hábil para o ato, que será carregado na Central do Proprietário/Possuidor do SICAR, obrigado-se ainda, por si, por força de lei e do presente instrumento a não alterar a destinação da área de reserva legal comprometida, sob pena de incorrer nas reprimendas dos Arts. 48 ou 51 do Decreto Federal nº 6.514 de 22 de julho de 2008.

E por estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo (com as devidas assinaturas) ao qual será dado publicidade, para os mesmos efeitos legais, juntamente às testemunhas que a tudo presenciaram.

_____, _____ de _____ de 20 ____.

COMPROMITENTE
CPF

Testemunha(1)

NOME:

CPF/MF:

RG:

Testemunha(2)

NOME:

CPF/MF:

RG: